

PARECER Nº 24/PP/2017-P

CONCLUSÕES

I - A questão do conflito de interesses, no que ao exercício da Advocacia diz respeito, encontra-se regulada no artigo 99º do EOA.

II - A referida norma funda-se em razões de preservação dos valores da lealdade, isenção, independência, confiança e mesmo decoro, fundamentais no exercício da advocacia, tendo ainda como fundamento o risco de quebra do segredo profissional.

III - O legislador concretizou algumas situações em que o dever de recusa do patrocínio é imposto, porque, objectivamente, tais situações se apresentam como potenciadoras desse conflito.

IV – O Advogado que assumiu a qualidade de testemunha num testamento não pode, depois, patrocinar o testamenteiro ou qualquer um dos herdeiros na partilha.

Exposição dos Factos

O Sr. Dr. (...), Advogado, titular da cédula profissional n.º (...), dirigiu-se a este Conselho Regional solicitando a emissão de parecer.

Para tanto alega o seguinte:

- por vezes, sucede ser contactado por pessoas que conhecem o Colega há dezenas de anos;
- no decurso das consultas, os Clientes acabam por pedir ao Colega para fazer os seus testamentos em segredo e que o Colega seja testemunha, conjuntamente com a empregada forense;
- mais tarde o testador vem a falecer e o testamenteiro procura o escritório para intervir na partilha, quer como seu mandatário ou de qualquer dos herdeiros.

Termina o Requerente a questionar se a antedita situação irá colidir com o Estatuto da Ordem dos Advogados (EOA).

Tratando-se inegavelmente de questão de carácter profissional, tem este Conselho Regional competência para emitir parecer [(alínea f) do n.º 1 do artigo 54º do EOA].

Vejamos,

Salvo melhor opinião, a questão apresentada subsume-se ao problema do conflito de interesses, que se encontra regulada no artigo 99.º do EOA.

A referida norma funda-se em razões de preservação dos valores da lealdade, isenção, independência, confiança e mesmo decoro, fundamentais no exercício da advocacia, tendo ainda como fundamento o risco de quebra do segredo profissional.

Na maioria das situações a questão de saber se existe ou não conflito de interesses pressupõe uma análise casuística. Contudo, o legislador concretizou algumas situações em que o dever de recusa do patrocínio é imposto, não porque em concreto e no imediato se verifique o conflito de interesses, mas porque, objectivamente, tais situações se apresentam como potenciadoras desse conflito.

Estão nesse caso as normas contidas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 99.º do EOA. Decorre destas normas que o advogado deve recusar o patrocínio:

- a) de uma questão em que já tenha tido intervenção anterior em qualquer outra qualidade;
- b) de uma questão conexa com outra em que represente ou tenha representado a parte contrária;
- c) ou duma questão contra quem, noutra causa pendente, seja por si patrocinado.

Dispõe o n.º 3 do referido artigo 99.º que o advogado não pode aconselhar, representar ou agir por conta de dois ou mais clientes, no mesmo assunto ou em assunto conexo, se existir conflito entre os interesses desses clientes.

Resulta ainda do n.º 4 do citado artigo 99.º do EOA que se um conflito de interesses surgir entre dois ou mais clientes, bem como se ocorrer risco de violação do segredo profissional ou de diminuição da sua independência, o advogado deve cessar de agir por conta de todos os clientes, no âmbito desse conflito.

Dispondo o n.º 5 do mesmo artigo que o advogado deve abster-se de aceitar um novo cliente se tal puser em risco o cumprimento do dever de guardar sigilo profissional relativamente aos assuntos de um anterior cliente, ou se do conhecimento destes assuntos resultarem vantagens ilegítimas ou injustificadas para o novo cliente.

É à luz destes normativos que deve ser encontrada a solução para o caso em apreço.

De acordo com a descrição efectuada, o Requerente é testemunha aquando da realização do testamento. E, verificando-se o falecimento do testador, questiona se haverá algum problema em assumir, na partilha, o patrocínio de qualquer uma das partes. Entendemos que a resposta só poderá ser positiva.

Com efeito, ao assumir a função de testemunha, não pode o Advogado, depois, patrocinar o testamenteiro ou qualquer um dos herdeiros, porquanto, desde logo, já teve intervenção na qualidade de testemunha. Sendo certo que tal intervenção é potenciadora de gerar uma situação de conflito de interesses (designadamente, quanto ao que testemunhou em confronto com os interesses do Cliente na partilha). E, por assim ser, é que o legislador logo no n.º 1 do artigo 99.º do EOA estabeleceu o dever de recusa de patrocínio quando tal intervenção prévia tenha tido lugar.

Dito de outro modo, o Advogado ao aceitar ser testemunha num testamento tem, necessariamente, que ter presente que, depois, não poderá patrocinar o testamenteiro ou qualquer um dos herdeiros no processo de partilha, precisamente porque assumiu o papel de testemunha, revelando-se tal intervenção potenciadora do conflito de interesses que o n.º 1 do artigo 99.º EOA pretendeu, de forma expressa, impedir ao impor a recusa de patrocínio.

CONCLUSÕES

I - A questão do conflito de interesses, no que ao exercício da Advocacia diz respeito, encontra-se regulada no artigo 99º do EOA.

II - A referida norma funda-se em razões de preservação dos valores da lealdade, isenção, independência, confiança e mesmo decoro, fundamentais no exercício da advocacia, tendo ainda como fundamento o risco de quebra do segredo profissional.

III - O legislador concretizou algumas situações em que o dever de recusa do patrocínio é imposto, porque, objectivamente, tais situações se apresentam como potenciadoras desse conflito.

IV – O Advogado que assumiu a qualidade de testemunha num testamento não pode, depois, patrocinar o testamenteiro ou qualquer um dos herdeiros na partilha.

Este é, s.m.o, o meu parecer.

Porto, 07 de Setembro de 2017

O Relator,

João Martins Costa